

Atuação política de Valserina Bulegon Gassen na emancipação de São João do Polêsine - RS, Brasil

Political performance of Valserina Bulegon Gassen in the emancipation of São João do Polêsine - RS, Brazil

Higor Xavier Barbosa¹

Resumo: Neste artigo apresento minha pesquisa acerca da trajetória de vida da política e professora Valserina Maria Bulegon Gassen no que tange sua atuação enquanto articuladora da emancipação da cidade de São João do Polêsine – RS. Este estudo está inserido nos domínios da historiografia referente a Imigração Italiana e Quarta Colônia, possuindo como instrumentos metodológicos entrevistas com Valserina e pesquisa bibliográfica/documental. Dividido em quatro partes, inicialmente faço uma síntese histórica desde a chegada dos imigrantes italianos até as fragmentações ocorridas em meados do século XX, na região agora conhecida como Quarta Colônia, que resultaram em diversos novos núcleos populacionais, para então tratar da emancipação de São João do Polêsine e do envolvimento da Professora Valserina neste processo.

Palavras-chave: Valserina Bulegon Gassen, Quarta Colônia, São João do Polêsine

Abstract: In this article, I present my research about the life trajectory of politician and teacher Valserina Maria Bulegon Gassen with regard to her performance as an articulator in the pro-emancipation movement of the city of São João do Polêsine, RS (Brazil). This study inserts itself in the field of historiography related to the Italian immigration movement to Brazil and to the geographical area of the so called "Quarta Colônia" (the Fourth Imperial Colony of Italian Immigration), having as methodological instrument both interviews with Valserina and a bibliographic and documentary research on the topic. This article is divided into four parts, where initially I make a brief synthesis of the regions history, from the arrival of the first Italian immigrants to the regions political fragmentation, that occurred in the mid-20th century, which resulted in several new population centers, to then address the political emancipation of São João do Polêsine and the involvement of teacher Valserina in this process.

Keywords: Valserina Bulegon Gassen, "Quarta Colônia", São João do Polêsine

Introdução

É de amplo conhecimento que, parafraseando Sérgio Buarque de Holanda (2017), as "Raízes do Brasil" são compostas por um vasto mosaico étnico, que proporciona uma pluralidade ímpar ao País. Essa miscigenação étnico-cultural, nem sempre construída pacificamente, foi sendo sedimentada desde os primeiros contatos entre os nativos

¹ Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria, membro de Grupo de Pesquisa "História Platina: Sociedade, Poder e Instituições" (CNPq) e pesquisador das temáticas que envolvem Quarta Colônia, Trajetória de vida e Imigração Italiana no RS.

americanos e os dominadores portugueses recém-chegados no século XV. Posteriormente, populações originárias de outros continentes foram migrando, seja de maneira forçada como os africanos escravizados, ou espontânea (às vezes financiada) como os europeus. As historiadoras Schwarcz e Starling (2015, p. 323) apontam que, apenas entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes ingressaram em terras brasileiras por ano – 58,5% eram provenientes da Itália. E, é exatamente nesse grupo de imigrantes que iremos priorizar no presente artigo: os italianos.

A importância de se tratar a respeito da história dos imigrantes italianos, desde sua chegada, pode ser compreendida através de dois tópicos: 1) a personagem central deste artigo, Valserina Maria Bulegon Gassen, tem ascendência italiana e sua vivência se deu dentro dessa comunidade de descendentes – influenciada pela italianidade; 2) o território onde a Professora Valserina nasceu, cresceu, conquistou protagonismo político e projeção regional é a Quarta Colônia Italiana do Rio Grande do Sul (RS), mais precisamente o município de São João do Polêsine (SJP) que, por óbvio, tem predominante presença de descendentes italianos. Ou seja, o processo histórico e cultural da região da Quarta Colônia e assim de nossa personagem, têm forte influência resultantes da vinda dos imigrantes europeus.

Desta forma, sobre o primeiro tópico, leva-se em consideração o que Zanini (2006, p. 201) observa, que muitos sem mesmo conhecer a Itália real, os descendentes dos imigrantes sentem-se em uma comunidade imaginada, que os faz desenvolver vínculos afetivos de pertencimento – cristalizados em objetos dos antepassados, a Itália, a origem familiar e seus símbolos (concretos ou não). Portanto, é de fundamental importância a compreensão dos aspectos histórico-culturais dessa comunidade, pois mesmo que esses valores possam mudar através dos anos, muitos permanecem até a atualidade, influenciando a personagem Valserina Bulegon Gassen.

Tratando-se do segundo tópico, a Professora Valserina tem grande vínculo com o município de São João do Polêsine (RS), onde viveu boa parte de sua vida. Foi a partir de sua atuação política na cidade que ela ganhou grande proeminência na Quarta Colônia,

pois além de presidir a Comissão de Emancipação que foi vitoriosa na conquista da emancipação do então distrito de Faxinal do Soturno, esteve à frente do Executivo Municipal como Prefeita por 4 (quatro) gestões – inclusive a primeira, muito importante para o desenvolvimento da cidade e para suas posteriores vitórias eleitorais. Sendo assim, é de suma importância tratar a respeito de sua atuação política, bem como localiza-la espacialmente, a fim de compreendermos como conquistou protagonismo político em uma região com predominância na representação de lideranças masculinas.

Ao me deparar com a possibilidade de realizar entrevistas com a Professora Valserina para que ela compartilhasse suas memórias e relatasse sobre sua trajetória, sobre o processo de emancipação de SJP e a gestão no novo município, conclui que era também uma forma de registrar e preservar a história da região da Quarta Colônia, bem como o relato de atuação de uma mulher e professora na esfera do poder Executivo, onde ainda há pouca representação feminina.

Conforme Perrot (2007, p. 17) aponta, a historiografia tradicionalmente é composta por “grandes homens”, onde as mulheres não têm sobrenome, tendo a sua participação na história negligenciada, aparecendo sem nitidez, como grupos secundários e desimportantes. Indo ao encontro a observação de Perrot, Pesavento (1991) afirma que “a história tem sido feita, escrita e interpretada pelos homens, que são atores sociais por excelência dos acontecimentos, os protagonistas centrais dos grandes eventos” (p. 54-55). Portanto, o uso da História Oral tem uma contribuição significativa para desvelar a História das Mulheres, ainda mais no contexto político.

Sendo assim, conforme Halbwachs (1990) pontua, existem dois tipos de memórias: a individual e a coletiva. A primeira seria um quadro denso e contínuo da personalidade e vida do indivíduo, que recorre a memória coletiva para tapar lacunas existentes. A segunda, por sua vez, é bem mais ampla – composta de memórias individuais (de uma comunidade, por exemplo), sendo uma forma esquemática sobre o que já ocorreu (p. 54-55). Pensando nisto, a consulta na bibliografia e documentação se faz mais que necessária ao trabalharmos com depoimentos orais, para construir uma narrativa mais apurada

sobre os acontecimentos devido a estas fragilidades da memória – questão esta levada em conta para o presente artigo.

Nesse sentido, para que compreendamos a atuação da Professora Valserina frente a emancipação de SJP, foram realizadas duas entrevistas² – uma em Abril e outra em Outubro de 2019. Para tanto, seguindo as orientações instrumentais de Alberti (2013), a primeira entrevista foi livre, ou seja, algumas perguntas gerais acerca de sua vida e atuação profissional foram feitas, com o intuito de se obter um panorama geral de sua trajetória de vida – o contexto ao qual estava inserida, pois a inobservância disto seria como “evocar uma viagem sem ter uma ideia da paisagem na qual ela se realiza” (BOURDIEU, 2006, p. 190). Já a segunda entrevista foi orientada por um roteiro mais estruturado, com perguntas pontuais sobre questões que se mostraram relevantes através da pesquisa bibliográfica (e da primeira entrevista) para a compreensão de como foi sua participação no processo emancipatório do agora Município.

Para tanto, através das discussões propostas nos dois tópicos aqui mencionados, e ciente de que “a tarefa do historiador não é unificar um material não homogêneo e construir um discurso único sobre o passado, mas enriquecer com diferentes fragmentos, possíveis discursos” (LORIGA, 2011, p. 256), apresentarei uma síntese de como se deu a chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, com o fim de situar histórico-culturalmente a região na qual está localizada a nossa personagem e a influência dessa origem em seus valores. Além disso, tratarei da fragmentação da Quarta Colônia e das posteriores emancipações de seus núcleos populacionais, que ocorrem a partir da segunda metade do século XX, para então adentrarmos na história de São João do Polêsine até sua emancipação e a atuação destacada da Professora Valserina Bulegon Gassen nesse processo.

Imigração italiana e italianidade

² Em associação com as entrevistas, cuja duração somam aproximadamente 2h30min, também foram utilizados fotos e documentos como fonte.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passava por um lento e complexo processo de troca da mão-de-obra, visando a substituição do uso do trabalho forçado dos escravizados africanos por trabalhadores livres, pois as campanhas abolicionistas ganhavam força – sobretudo pelas pressões externas. Além disso, havia a intenção de branquear a população brasileira através da miscigenação com os imigrantes europeus. Com promulgação da lei que proibia o tráfico e ingresso de escravizados no Brasil, Lei Eusébio de Queirós (1850) e a Lei de Terras (1850), que restringia o acesso às terras devolutas, bem como criava dois tipos de colônias oficiais, as imperiais e provinciais, o Império brasileiro passou a adotar uma política imigratória, para trazer trabalhadores europeus e estes substituírem os africanos escravizados gradualmente. Dessa forma, o governo imperial escolhe principalmente os italianos, pois eles eram:

vistos positivamente pelo fato de serem brancos, europeus, latinos, católico-romanos, considerados apegados ao trabalho, e também tidos como trabalhadores mais rústicos e menos exigentes [...], repetia-se, à exaustão, que um imigrante italiano fazia o trabalho de três escravos. (ZANINI, 2006, p. 43)

E, é justamente por essa crença de superioridade destes valores que a mão-de-obra italiana, conforme aponta Bolzan (2015), seria direcionada às lavouras de café e para o incremento do mundo dos negócios com as terras. É nesse contexto, brevemente sintetizado, que os imigrantes italianos começam a chegar em grupos ao RS a partir de 1875. Mesmo que inicialmente a maior parte do contingente tenha sido direcionado para as fazendas de café paulistas, outra parcela dessa população foi destinada às recém-criadas colônias italianas, na então chamada província do Rio Grande do Sul. No caso do RS, estes imigrantes foram alocados, seguindo a experiência já realizada com alemães e poloneses (além de outras nacionalidades), em pequenos lotes de terras em locais destinados a colonização.

Foram criadas pelo Império quatro colônias, que receberiam imigrantes italianos: Conde D'Eu e Dona Isabel, ambas criadas em 1870, e Fundos da Nova Palmira (chamada também de Campo dos Bugres), em 1875; e em 1877, a Colônia de Santa Maria da Bocca do Monte, que em 1878 foi denominada de Colônia Silveira Martins. Assim, o presente

estudo dará ênfase à última, a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, que em 1877 iniciou receber as primeiras famílias de imigrantes na região central da Província.

Esta população imigrante, muitos originários da região rural italiana, “almejavam ser proprietários de terras, cultivar seus produtos, produzir riquezas”, conforme Vendrame (2007, p. 44) e ainda sonhavam com uma vida sem patrão, onde fosse possível “organizar suas comunidades segundo suas crenças e práticas religiosas” (VENDRAME, 2007, p. 44) vinculadas as suas experiências e tradições vivenciadas na Europa. Complementando, Zanini (2006, p. 45) também salientou que os italianos que migravam ao Brasil possuíam uma “utopia da América como um mundo no qual abundavam liberdade, alimento, trabalho e terras”. Outros fatores que são indicados como motivadores desse êxodo populacional para a América, pontuado por Sponchiado (2019, p. 31-33), são as oscilações do clima europeu, as lutas pela unificação da Itália e a grande densidade populacional existente naquele período gerando muita miséria.

Tratando-se da origem étnica dos colonos, sabe-se que a região do Norte da Itália foi o epicentro do êxodo italiano para o Novo Mundo no século XIX. Conforme Bolzan aponta, trazendo dados de Cavallin e Saquet (2015, p. 131-132), estima-se que entre 1882-1897, cerca de 541.000 italianos migraram ao Brasil e destes 95% eram vênnetos. Tratando-se especificamente da Colônia Silveira Martins, 70% eram vênnetos, 14,4% friulanos, 6,5% trentinos e 5% lombardos. Essa população, que migrava confiando nas promessas do governo imperial brasileiro de que teriam assistência durante o processo de instalação no Brasil, deparava-se com uma situação que muitas vezes era bem diferente da esperada.

Nesse sentido, existem relatos de imigrantes sobre a sua chegada na Colônia que vão de encontro ao que foi exposto por Vendrame (2007), quando menciona que algumas características enfatizadas pela historiografia tradicional, de que os colonos encontravam-se isolados e abandonados não serviriam para explicar sua situação na ex-Colônia Silveira Martins (p. 201-202), como é o caso das localidades oferecidas a eles. As terras cedidas eram em sua maioria devolutas, ou seja, pertencentes ao Império e com grande adensamento da mata nativa, além de haver a presença de indígenas. Como eram

do governo, e seu acesso restrito ao pagamento, muitos se endividavam de maneira que comprometiam sua subsistência. Sobre essa questão, o estudo de Gimeno (2014), que trata a respeito da apropriação e comércio de terras na região, demonstra que fazendas e sesmarias, em especial zonas de florestas/mata próximas a Colônia Silveira Martins que haviam previamente sido legalizadas por posseiros, eram vendidas/negociadas com os imigrantes europeus recém-chegados, conforme o caso do proprietário da Fazenda dos Faxinais, Miguel Martins Pinto, que é apenas um exemplo entre muitos:

Outro caso nesse sentido foi o de Miguel Martins Pinto, proprietário da Fazenda dos Faxinais, que comprou terras de matos ao norte de sua fazenda, ao lado das terras que Miguel Pereira de Barcellos também comprara da província. Martins Pinto logo em seguida adquire as terras de Barcellos e promove um loteamento no qual foram demarcados 60 lotes coloniais, e as revendeu aos colonos italianos provenientes da Colônia Silveira Martins. (2014, p. 86).

Ou seja, conforme esse caso demonstrado, havia a venda de terras com florestas/matos para os imigrantes. Estes, por sua vez, teriam que adequar o lote para habitação e agricultura. Aliás, no tocante a venda de lotes de terra, é importante destacar a atuação do imigrante Paulo Bortoluzzi, que articulou juntamente com sua família e outros imigrantes, em 1877, não apenas a compra como a revenda de uma relevante quantidade de lotes de terra – e o montante arrecadado, por sua vez, “provavelmente, foi investido na viagem e compra de novos lotes de terra” (VENDRAME, 2013, p. 119-120). Portanto, os imigrantes – a depender de sua situação financeira – não estavam apenas na posição de compradores como também de vendedores de terras.

Entre os fazendeiros, por sua vez, não era habitual a venda dos melhores lotes de terras aos imigrantes, conforme Gimeno (2014) pontua em seu trabalho. Além disso, após uma viagem transoceânica de meses e mais 6-7 dias de viagem em carroças puxadas à boi, a primeira chegada dos imigrantes antes de se assentarem em seus lotes era ao Barracão (SPONCHIADO, 2019, p. 55-56). Contando inicialmente apenas este local, a fome e doenças geraram grande mortandade, especialmente, na época, a varíola – potencializadas pelo grande amontoamento dos imigrantes em barracas.

Com tantos problemas encontrados, a travessia, o Barracão, as mortes e os assentamentos nos lotes, se cristaliza através da cultura oral, a noção do que seria um

"italiano brasileiro". Esses colonos, passando de geração em geração seus costumes, dialetos, tradições em geral, criam uma singularidade cultural na Quarta Colônia, a italianidade, muito influenciada por valores religiosos e também da valorização do trabalho, devida a dificultosa instalação na região. Embora cada colônia italiana detenha essa característica, ela é diferente de acordo com a região observada, conforme aponta Zanini:

Não é da Itália real que a italianidade retira sua força. Sua força advém da atualização do mito de origem e da partilha deste nos domínios familiares e nas entidades associativas nos Estados nacionais nos quais estão enraizados. A Itália é um fio condutor numa rede simbólica maior do que ela própria. Ela é imaginada. Ser "italiano no mundo", "vicentino no mundo", "friulano no mundo" é ser diferente do possível cidadão global, massificado e indistinto. Contudo, é também ser igual a alguém. (2006, p. 203)

Essa italianidade influencia de maneira fundamental a trajetória de vida da Professora Valserina, ponto que discorrerei após uma síntese da vida³ pré emancipação de SJP.

Nascida em 10 de julho de 1942, filha de Gentil José Bulegon e Brandina Joana Pilecco Bulegon, Valserina Maria Bulegon⁴ passa sua infância na localidade de Linha Bonita, comunidade próxima a SJP, sendo ela a quarta geração de descendentes italianos. Incentivada pelos seus pais, que desejavam uma vida menos penosa a ela, teve estudo formal – não só ela, como seus irmãos também. Conforme Zanini (2006) observa, a partir da terceira geração feminina de descendentes italianos, houve um aumento da independência destas mulheres em relação aos homens (primeiramente do pai, depois do marido), pois as mães que não tiveram acesso à educação formal faziam questão de que seus filhos tivessem, devida a compreensão de que a vida no campo era demasiadamente árdua, "toda família quer ter seu doutor" (p. 4). Essa questão pode ser observada no caso de Valserina, que sempre estudou em escola particular.

³ Informações obtidas através de depoimentos de Valserina, que ao longo da entrevista ilustrou sua narrativa com fotos suas e de sua família.

⁴ Nome de solteira.

No grupo Externato *Mater ter Admirabilis* das Irmãs de Schoenstatt, Valserina foi bastante incentivada a desenvolver a retórica, trabalhar em pequenos eventos promovidos pela Escola para comunidade local, ensaiar teatro e Jogral. Essas atividades estão ligadas ao desenvolvimento de habilidades sociais perante o público, algo que definitivamente contribui para que ela vire uma política. Ainda sobre essa questão, sua mãe era uma costureira organizadora de eventos comunitários, presente também em ações da Igreja e no Hospital – Valserina era, sempre que possível, envolvida nestes eventos e atividades.

A proatividade de sua mãe e dedicação para a comunidade, não sendo restrita ao ambiente doméstico, pode ser explicada pelas figuras da *nonna* e *mamma* – figuras muito importantes na base familiar dos descendentes de italianos e referência da italianidade, onde a família era uma instituição sagrada e inquebrantável e a mãe terrena era vista como um prolongamento da mãe representada no catolicismo, martirizada e sofredora (ZANINI, 2006, p. 216). Isto não quer dizer a autoridade do homem (pai) fosse inexistente, pelo contrário, mas que haviam estratégias de influência sobre o patriarca, onde sob influência das matriarcas, tomavam decisões que fossem do agrado delas – pois, além do mais, elas eram a intermediação entre os maridos e o que acontecia no interior da família (FAVARO, 2002, p. 101).

Outrossim, na família de Valserina, as tarefas domésticas não eram definidas pelo gênero: ao mesmo tempo que sua mãe ajudava na roça, seu pai também poderia estar fazendo almoço, e vice-versa. Conforme Biroli (2018) destaca, a divisão sexual do trabalho, articulada com outros fatores como raça e classe, abrem e restringem as alternativas de trabalho, condicionando mulheres que cuidam a estarem sempre posicionadas como cuidadoras (p. 56). Dessa forma, influenciada pela sua mãe, estudo formal de qualidade, atividades de contato com público, tarefas domésticas não definidas pelo gênero, ampliava-se consideravelmente a visão de mundo de Valserina.

Exposta as motivações do Império para atrair mão-de-obra imigrante europeia, as dificuldades que muitos enfrentaram após sua chegada e a relação da italianidade na vida da Professora Valserina, retomaremos a seguir sobre as fragmentações territoriais

ocorridas ao longo do século XX na Quarta Colônia, onde diversos núcleos populacionais e distritos alcançaram a emancipação política após o processo sucessivo de expansão dos imigrantes pela região, para então tratarmos da emancipação de SJP e da atuação de Valserina neste processo.

As fragmentações da Quarta Colônia

Seguindo a necessidade de acomodar a mão-de-obra estrangeira que chegaria ao Brasil a partir da década de 1870, em 1877 o Núcleo Colonial Santa Maria da Boca do Monte (popularmente chamada na época de Cittá Nuova) é criado e passa a receber imigrantes italianos (BOLZAN, 2015, p. 43). Em 1878, o engenheiro José Thommé Salgado solicita à Inspetoria Especial de Terras e Colonização que este núcleo inicial se eleve a categoria de Colônia. Esta seria, portanto, a quarta colônia a ser criada na Província:

Comunico a V. S. que presente data aprovo o que propõe o engenheiro José Thommé Salgado, que seja elevada à categoria de Colônia, sob denominação de "Silveira Martins", o Núcleo Colonial de S. Maria da Boca do Monte, o qual, segundo informou o mesmo engenheiro, acha-se, pela sua população, fertilidade do solo e vantajosa posição, em favoráveis condições. Deus guarde V. Senhoria. Mardondes – Presidente. (SPONCHIADO, 2019, p. 85)

Posteriormente, conforme salienta Bolzan (2015, p. 43), a Colônia Silveira Martins é emancipada do regime colonial em 19 de agosto de 1882 e passa a ser chamada oficialmente de ex-Colônia Silveira Martins, tornando-se o 5º distrito de Santa Maria, seguindo a determinação do Decreto nº 8.641 (SPONCHIADO, 2019, p. 88), que a partir desse decreto, a ex-Colônia passa ao domínio da legislação comum as outras povoações do Império. Outros núcleos circunstantes que integraram esta Colônia foram criados: Núcleo Dona Francisca (1883), Núcleo Norte – Ivorá (1883), Núcleo Soturno – Nova Palma (1885), Núcleo Toropy (1888), Núcleo Jaguari (1889) e Núcleo Ijuí-Grande (1889). Desta forma, se cristaliza geograficamente a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Posterior à criação da Colônia Silveira Martins, o Decreto 1570 de 21/04/1886, parte de seu território é dividido entre Santa Maria (incluindo a sede), Cachoeira do Sul e a terceira parte é incluída territorialmente à São Martinho (em 1903 passou ao município de

Vila Rica, atual Júlio de Castilhos) (BOLZAN, 2015, p. 44). Resultado dessa tripartição, seria o atraso dos processos de emancipação dos núcleos populacionais presentes na Quarta Colônia (se comparados com as outras três colônias italianas da Província), pois além de não haver uma unidade, suas administrações foram fragmentadas, já que “o ponto de referência comum à uma organização social era ainda ambígua na colônia” (BOLZAN, 2015, p. 46).

A partir da década de 1950 os núcleos coloniais da Colônia Silveira Martins passaram a alcançar êxito em gradualmente emanciparem-se. Esse desejo não era novo, mas só foi possível de ser retomado a partir da articulação do Padre Luiz Sponchiado⁵, que desejava emancipação dos núcleos coloniais em apenas um único: a Quarta Colônia.

O religioso, que recentemente havia vivido o movimento emancipatório de Barril [atual Frederico Westphalen], conhecia os trâmites legais para o processo e resolveu aplica-los na sua paróquia. Assim, começou a realizar reuniões e encontros com lideranças locais para buscar, através da emancipação, a união de toda a ex-colônia em um único município. O primordial para que o projeto emancipacionista ocorresse era a construção de uma consciência coletiva entre a população. Para isso, constantemente padre Luiz realizava reuniões nos núcleos da ex-colônia, mobilizando a sociedade local em torno da italianidade e catolicismo. (MANFIO, 2014, p. 713-714)

Porém, cada núcleo tinha suas especificidades e estavam distribuídos entre outros municípios. Desta forma, a idealização não se tornou realidade, mas a partir de sua atuação na região, promoveu debates a respeito da questão emancipacionista (difundindo de maneira extremamente pedagógica os pormenores da Lei 2116 de 24/9/1953 que tratava sobre alterações da divisão territorial do Estado). Essa movimentação, iniciada pelo Padre Sponchiado, incita a emancipação de Faxinal do Soturno (em 1959 – primeiro a se emancipar na Quarta Colônia) e Restinga Seca (1959), antes da década de 1960, bem como através de seu envolvimento pessoal, é exitoso no processo emancipatório de Nova Palma (em 1960). A partir dessas três experiências de

⁵ Padre Luiz Sponchiado (1922-2010), também conhecido como Padre Luizinho, foi um religioso católico descendente de imigrantes italianos nascido no Núcleo Soturno da ex-Colônia Imperial Silveira Martins. Figura muito conhecida na região, foi o responsável pela articulação da emancipação, bem como a criação do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma.

emancipação, outros núcleos começaram a movimentarem-se em direção à sua autonomia política.

Além da difusão feita por Padre Sponchiado acerca do debate emancipacionista, outros fatores corroboraram para que a os núcleos coloniais da Quarta Colônia alcançassem sua autonomia: a Constituição Federal de 1946, que dava maior liberdade em termos políticos e administrativos aos municípios e a Constituição Federal de 1988, que concedia aos estados e municípios uma autonomia jamais vista na República brasileira (entre 1980 e 2000, o Brasil saltou de 3.992 municípios para 5.507) (MORAES, CUNHA, 2018, p. 12).

Esse processo de emancipação dos núcleos coloniais da Quarta Colônia, conforme aponta Bolzan, podem ser divididos em dois momentos:

Primeiro momento: final da década de 50 e início da década de 60. Neste período se emanciparam Faxinal do Soturno (1959), Nova Palma (1960) e Dona Francisca (1964); Segundo momento: final da década de 80 e início da década de 90. Neste período se emanciparam: Silveira Martins e Ivorá (1988) e São João do Polêsine e Pinhal Grande (1992)⁶ (2015, p. 211-212)⁷.

Dessa forma, através da breve síntese apresentada no presente subtítulo, é possível compreender de maneira geral o processo de desmembramento de vários núcleos coloniais localizados no território da antiga Quarta Colônia ao longo da segunda metade do século XX, bem como seus atuais limites territoriais. Portanto, adentraremos agora na emancipação de São João do Polêsine e no envolvimento da Professora Valserina Bulegon Gassen nesse processo, conforme veremos a seguir.

A atuação de Valserina Bulegon Gassen na emancipação de São João do Polêsine

⁶ Os municípios de Agudo e Restinga Sêca, através do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS (PRODESUS), foram incluídos junto aos demais sete municípios da Quarta Colônia. Esse projeto tinha como objetivo a preservação e potencialização dos recursos naturais e culturais da região, que posteriormente foi base para criação do CONDESUS – Quarta Colônia. (VENDRUSCOLO, 2009, p. 29).

⁷ Complementando Bolzan (2015), Moraes e Cunha (2018, p. 13) destacam que o estado do Rio Grande do Sul teve um crescimento emancipacionista relevante, “em um intervalo de apenas nove anos, a partir de 1987, o mapa gaúcho ganhou 253 novos municípios, um aumento superior a 100%”.

Compreendido o contexto de fragmentação da Quarta Colônia, partiremos para a emancipação⁸ de São João do Polêsine. Antes de tratar o processo emancipatório, faremos uma breve retomada do surgimento deste núcleo colonial para que depois possamos compreender sua emancipação e a atuação que a Professora Valserina teve durante esse contexto.

No final do século XIX, em 1893, começavam a chegar os imigrantes italianos que haviam comprado os primeiros lotes de terra do político e empresário Manoel Py⁹.

Quem proporcionou a colonização de Polêsine foi Manoel Py, que iniciou a venda dos primeiros quarenta lotes. Os primeiros moradores foram Angelo Dalmolin com seu sogro Felix Michelotti, chegados no que seria Polêsine, em 1893, vindos de Bento Gonçalves, atraídos pela propaganda feita pelas irmãs do Coração de Maria sediadas em Silveira Martins. (VIZZOTTO, 2004, p. 70)

Em 1894, o imigrante Paulo Bortoluzzi compra de Manoel Py um pequeno lote de terra para instalação de sua casa de comércio, e também consegue a doação de uma porção de terra onde destinou para a construção de uma Igreja. A união destes dois fatores serviu como grande atrativo para que os imigrantes se deslocassem até a localidade, favorecendo o seu povoamento (VENDRAME, 2013, p. 130). Após a instalação desses imigrantes, que eram oriundos de Bento Gonçalves, Vale Vêneto e da sede da colônia de Silveira Martins (CRUZ, 2016, p. 49), formou-se um novo núcleo colonial (inicialmente chamado de “Terras de Manoel Py”).

Conforme Bolzan (2015, p. 255), São João do Polêsine tem esse nome atribuído à junção de dois fatores: o primeiro, a “semelhança do lugar com o Vale fértil do Rio Pó, na Itália, conhecido por alguns colonos, denominado Polêsine”, o segundo é que após a instalação da primeira capela, inaugurada em 20/12/1899, um morador chamado João Dalmolin se dispõe a pagar a estátua do padroeiro, mas exige que o nome deveria ser

⁸ Não sendo um evento exclusivo na Quarta Colônia, entre as décadas de 50/60 e 80/90 cerca de 80% dos municípios do estado foram criados (BOLZAN, 2015, p. 212).

⁹ Em 1893, Manuel Py compra parte do latifúndio localizado na Sesmaria Miguel Martins (onde ocupavam os povoados de Santo Anjos, Polêsine e Linha do Meio, até encontrar o Vacacaí-Mirim) e o loteia. Posteriormente, através do procurador Paulo Bortoluzzi, Manuel Py vende as terras medidas e demarcadas. Quase um século depois, essa localidade se transformaria no município de São João do Polêsine (SPONCHIADO, 2019, p. 105).

São João – com essa oferta aceita pela comunidade, se cristaliza o atual nome da cidade, São João do Polêsine.

Geograficamente, São João do Polêsine está na região central do estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área superficial de 84km², compreendendo os seguintes limites:

Ao Norte com o município de Faxinal do Soturno (distante 4 quilômetros); ao Sul com o município de Restinga Seca (distante 31 quilômetros); a Leste com o município de Faxinal do Soturno (distante 4 quilômetros); a Oeste, com o município de Silveira Martins (distante 20 quilômetros). (VIZZOTTO, 2004, p. 71-72).

No que tange ao processo de emancipação, foram necessárias quatro tentativas para que São João do Polêsine fosse emancipada. A primeira tentativa ocorreu no ano de 1958, juntamente com a emancipação de Faxinal do Soturno¹⁰. Através de um plebiscito, era necessário escolher a sede do novo município entre Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine – em 30 de novembro de 1958, o plebiscito é feito e Faxinal do Soturno sai vencedora, ficando como sede e dando nome à nova cidade (VIZZOTTO, 2004, p. 72).

No tocante a segunda tentativa, ocorrida em 1964, São João do Polêsine e Dona Francisca pleiteiam suas respectivas emancipações. O núcleo que obtivesse êxito seria desmembrado de Faxinal do Soturno. Porém, devido a pressões ligadas a Dona Francisca, apenas ela consegue se emancipar em 1965. Já a terceira tentativa ocorre no ano de 1986, com plebiscito marcado para 20 de setembro de 1987. Mas, antes que este fosse realizado, vereadores de Faxinal do Soturno e a Prefeitura de Restinga Sêca impetraram um Mandato de Segurança no Tribunal de Justiça do RS e também uma ação judicial, alegando que a emancipação seria inconstitucional, pois São João do Polêsine não preencheria as condições exigidas pela lei de emancipações (não possuiria renda nem habitantes suficientes) (VIZZOTTO, 2004, p. 74). Sendo assim, conforme Bolzan (2015), a

¹⁰ Até a emancipação de Faxinal do Soturno, este juntamente com São João do Polêsine, Ribeirão, Vale Vêneto e Novo Treviso faziam parte do 5º distrito do município de Cachoeira do Sul. Efetivada emancipação de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine passa a ser um de seus distritos, até 1992, quando é exitoso em emancipar-se.

representação do município de Restinga Sêca ao Procurador-Geral da República é levada até o Supremo Tribunal Federal, onde é determinado que a Lei Estadual 8244 de 12/11/1986 que autorizava a realização de plebiscito para a criação de municípios é inconstitucional, pois não observava o requisito de população mínima exigida pela lei complementar 1/67. Portanto, a emancipação de São João do Polêsine é barrada.

A exitosa quarta tentativa emancipacionista ocorre em 1990, sob a luz da nova Constituição brasileira (1988) e da nova Lei das Emancipações (Lei 9070 de 02/05/1990). Mas, antes de adentrarmos neste tópico, trataremos brevemente da trajetória profissional e pessoal da Professora Valserina, para então relacionarmos suas articulações com o contexto da emancipação.

Formada em 1960 no curso de Secretariado (curso de Secretária de Escola) na Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS) em Porto Alegre, Valserina retorna para SJP em 1967 e passa a trabalhar como secretária no Colégio São João do Polêsine, ao mesmo tempo que cursava Letras na Faculdade Imaculada Conceição (FIC – atual Universidade Franciscana), em Santa Maria. Enquanto cursava Letras, Valserina já dava aulas no Colégio João XXIII, pois na época não havia a necessidade burocrática de estar formada para tanto. Importante salientar que as relações profissionais estabelecidas pela Professora Valserina desde o início de sua carreira na educação em Porto Alegre favoreceram sua carreira enquanto política¹¹. Concomitante com sua atuação no magistério, fez o curso de férias na Universidade de Passo Fundo (UPF) de Economia Doméstica (1969), também graduou-se na UPF em Técnicas Domésticas e deu aulas na instituição, dividindo-se entre Passo Fundo e SJP durante a década de 1970 e início de 1980. Após 1983, dedicou-se apenas ao magistério no Colégio João XXIII.

Após sua participação na desanexação do Colégio SJP do Colégio Dom Antônio Reis (localizado em Faxinal do Soturno, município-mãe), Valserina passa a articular, no

¹¹ Tendo iniciado sua carreira enquanto Professora no início da década de 1960 na Educação Infantil em Porto Alegre, Valserina seguiu um padrão bastante comum para a época ao escolher a carreira de educadora. Conforme Pinto (2017) destaca, "ser professora da escola primária na década de 1950 no Brasil não só era a profissão preferencial das mulheres, mas também uma atividade muito respeitada pela sociedade, que proporcionava um capital social e cultural bastante significativo" (p. 469).

final da década de 1980, juntamente com uma equipe, a criação no Colégio João XXIII (novo nome do Colégio SJP, dado após a desanexação) do segundo grau (atualmente Ensino Médio), mas foram impedidas pois havia uma Portaria que permitia apenas municípios a possuírem essa modalidade ensino. Neste momento, São João do Polêsine é um distrito.

Em 1989, no mandato [de diretor] do Professor Celso Marcos Gassen¹² e Marinês Dias Missio [vice-diretora], encaminhamos novamente o processo para a transformação da Escola em “Escola de Segundo Grau”. O Processo foi para a votação no Conselho Estadual de Educação e nós presenciamos a triste realidade de ver nosso processo negado em vista de uma nova Portaria que somente permitia criar Segundo Grau, em Municípios. Retornamos para casa com o propósito de trabalhar para criarmos o Município. (CARVALHO, 2016, p. 46)¹³

Por possuir uma vida financeira bem estabelecida após seu casamento, e contar com os serviços de uma empregada doméstica para ajudá-la a cuidar de seus três filhos – tarefa esta tradicionalmente imposta as mulheres – foi possibilitado o desenvolvimento de sua carreira profissional. Nesse sentido, conforme pontua Biroli (2018), “entre as mulheres cuja a vida é marcada pela dedicação ao cuidado de filhos pequenos [...] pode haver bem mais do que ‘escolhas’ em jogo” (p. 77). Sendo assim, o caminho da Professora Valserina estava livre para suas escolhas profissionais.

Eu tenho uma secretária muito boa que tomou conta dos meus filhos, porque meu marido também foi professor, hoje [2019] aposentado, foi diretor 15 anos da Escola, então ele tinha uma responsabilidade a mais. Claro que tudo próximo à escola tudo facilitava, né?! No recreio você vinha dar uma olhada, mas enfim eu tinha essa tranquilidade. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 6 de outubro de 2019).

Portanto, já que apenas Municípios poderiam ter Ensino Médio, a emancipação de SJP se torna um objetivo para Professora Valserina, pois além da autonomia político-financeira que seria proporcionada, haveria a possibilidade de melhorar a educação do então distrito. Não ocorrendo de maneira simples, dependeu muito de sua articulação com o Governo Estadual para viabilizar esse ideal:

[São João do] Polêsine, ele teve 4 tentativas, 3 frustradas, e na 4ª tentativa na década de 90, nós primeiro trabalhamos para adequar à Lei Estadual. Na

¹² Casado com a Professora Valserina desde fevereiro de 1976.

¹³ Entrevista de Valserina Bulegon Gassen para Tamiris Carvalho em 2016, em Projeto de Extensão da UFSM.

verdade, existia uma lei um pouco mais rígida, e com a nossa amizade, eu diria, com o deputado federal Nelson Jobim, que naquela época ele já vinha para nossas festas¹⁴, nós conversamos com ele na possibilidade de termos uma lei mais flexível para as emancipações. Foi quando ele trabalhou no Governo Federal [...], então fizeram uma Lei Federal que autorizava os Estados [a] terem a sua própria lei que flexibilizava para as necessidades que estavam se apresentando. Com isso [...], eu fiz parte de um grupo que trabalhou para esta Lei Estadual, na época com o deputado [Hélio] Musskopf, na Assembleia Legislativa, e a lei, ela se transformou facilitada, eu diria, onde nós poderíamos ou ter um número mínimo de eleitores ou um número mínimo de habitantes. Nós optamos pelo número eleitores, que na época a exigência era 1800 eleitores. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 13 de abril de 2019)

No tocante a experiência de Valserina em articular politicamente, havia sido vice-diretora do Colégio João XXIII duas vezes, a primeira entre 1973-1977, gestão lembrada pela realização de obras na Escola; e a segunda entre 1984-1986. Sua atuação no Colégio a fez ganhar visibilidade na cidade, fator este que colaborou mais tarde para que fosse eleita Presidente da Comissão de Emancipacionista – sua experiência na organização de bailes debutantes e festas comunitárias também tem sua fatia neste bolo.

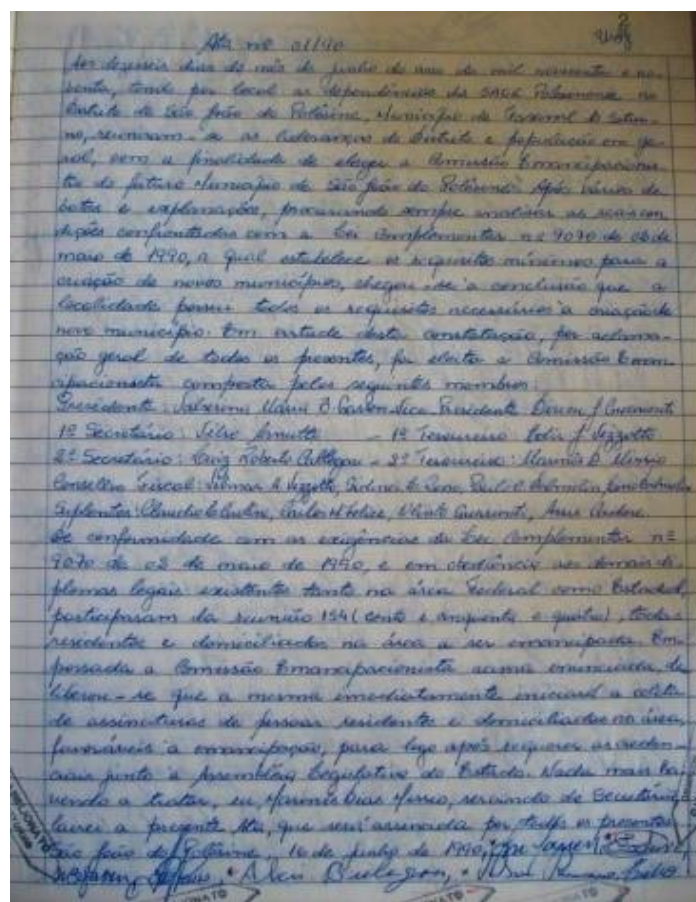
Para viabilizar a emancipação de São João do Polêsine, a Lei das Emancipações exigia uma Comissão Emancipacionista de no mínimo seis integrantes: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro, 2º Tesoureiro; e um Conselho Fiscal de no mínimo três membros e três suplentes. Para tanto, deveria ser eleito(a) um(a) presidente(a) para a Comissão com no mínimo 100 votos de eleitores residentes na área emancipanda¹⁵. Sendo assim, foi organizada pela comunidade local uma Assembleia Geral (Figura 1), no dia 16 de julho de 1990, para eleição do(a) presidente(a). Conforme relembra a Professora Valserina:

Tínhamos uma assembleia com 200 pessoas [...]. Por surpresa minha, fui eleita. Eu fui para a Assembleia, fui convidada, foi insistido para que eu fosse, mas ninguém falou que teríamos essa votação, e quem sabe eu entrasse na Comissão. Houve uma votação geral, nominal, e se disse que os 12 mais votados, não se fez chapa [...] os 12 que tivessem mais votos seriam [d]a Comissão. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 13 de abril de 2019)

¹⁴ Referência à tradicional Festa Regional do Arroz, sediada em São João do Polêsine.

¹⁵ Dados colhidos no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=17891&hTexto=&Hid_IDNorma=17891>. Acesso em: 06/05/2020.

Figura 1: Fotografia da ata nº 01/90, escrita a punho por Marinês Dias Missio, referente a Assembleia Geral para escolha e posse da Comissão Emancipacionista.¹⁶



Fonte: CARVALHO, Tamiris. Síntese Histórica de São João do Polêsine. Relatório da Bolsa FIEX/UFSM. 2016.

Importante destacar que, conforme relembra a Professora Valserina, ela foi eleita com ampla vantagem para que presidisse a Comissão Emancipacionista. Esse momento

¹⁶ Ata nº 01/90. “Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa, tendo por local as dependências da SACE Polesinense no distrito de São João do Polêsine, município de Faxinal do Soturno, reuniram-se as lideranças do distrito e população em geral, com a finalidade de eleger a Comissão Emancipacionista do futuro município de São João do Polêsine. Após vários debates e explanações, procurando sempre analisar as reais condições [ilegível] com a Lei Complementar nº 9070 de 02 de maio de 1990, a qual estabelece os requisitos mínimos para criação de novos municípios, chegou-se à conclusão que a localidade possui todos os requisitos necessários à criação de novo município. Em virtude desta constatação, por aclamação geral de todos os presentes, foi eleita a Comissão Emancipacionista composta pelos seguintes membros: [...] De conformidade com as exigências da Lei Complementar nº 9070 de 02 de maio de 1990, e em obediência aos demais diplomas legais existentes tanto na área Federal como Estadual, participaram da reunião 154 (cento e cinquenta e quatro), todos residentes e domiciliados na área a ser emancipada. Empossada a Comissão Emancipacionista acima enumerada, deliberou-se que a mesma imediatamente iniciará a coleta de assinaturas de pessoas residentes e domiciliadas na área favoráveis à emancipação, para logo após requerer as credenciais junto à Assembleia Legislativa do Estado. Nada mais devendo a tratar, eu, Marinês Dias Missio, servindo de Secretária, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os presentes. São João do Polêsine, 16 de junho de 1990.”

de reconhecimento pela comunidade local é atribuído por ela por seu envolvimento anterior em São João do Polêsine. Em suas palavras, sobre década de 1980:

Trabalhei na escola procurando inovações, procurando melhorias, porque a escola João XXIII, ela foi construída por nossos pais e avós, não foi o Estado que construiu. Eles construíram 11 salas de aula, mas era necessário termos sala para biblioteca, termos salas para secretaria, e mais para a área pedagógica. Então, com isso, eu precisei me envolver como vice-diretora que fui na questão da conclusão daquela obra e na aquisição de equipamentos. Então, esse meu trabalho sempre foi junto com a Secretaria Estadual de Educação. Esse meu trabalho ele foi percebido pela comunidade e foi percebido pela região, tanto que eu depois participei, eu colaborei com Restinga Seca e com Faxinal do Soturno na aquisição de equipamentos para escolas e na conclusão de uma escola em Restinga Seca. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 13 de abril de 2019)

Conforme ela mesma discorre, sua atuação na área da Educação a proporcionou grande destaque, sendo percebida inclusive em outros municípios circunstantes de São João do Polêsine. Foi na “política do entendimento” que ganhou visibilidade inicialmente, em seus 24 anos de magistério na então Escola Estadual de 1º Grau João XXIII (1968-1992).

É, de uma certa forma, na escola, a gente não faz política partidária, mas faz política do entendimento. Do dia-a-dia, do entender a problemática do professor, do aluno, de acertar pontos que não estão bem, tanto entre alunos com professor [...], ajustes de horário, ajustes de carga horário, ajuste de número de alunos. Enfim, toda também aquela questão com os pais, isso afeta meu trabalho dentro da escola como professora. Então eu também me envolvia com a comunidade de uma certa forma, porque nós tínhamos perto de 500 alunos. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 13 de abril de 2019)

Porém, embora tenha sido eleita na votação, se tornando a presidenta da Comissão Emancipatória, havia um outro embate pela frente: o plebiscito. Para viabilizar esta consulta plebiscitária, o primeiro passo já havia sido dado que era a eleição da Comissão Emancipatória, que teve seu credenciamento efetuado no dia 16 de agosto de 1990. A referida Comissão era composta pelos seguintes membros:

Em São João do Polêsine, conforme consta no Processo nº 4765 de 06/7/1990, folhas 7,8 e 9 da ALRS [Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul], a Comissão emancipacionista foi composta por: Presidente: Valserina Maria Bulegon Gassen; Vice-Presidente: Dirceu José Guarienti; Primeiro Secretário: Vilso Arnutti; Segundo Secretário: Luiz Roberto Callegari; Primeiro Tesoureiro: Eder José Vizzotto; Segundo Tesoureiro: Marinês Dias Missio; Conselho Fiscal:

Vilmar Agostinho Vizzotto, Sidnei Luiz Rosso, Paulo Cezar Dalmolin, Lino Dalmolin, Claudio Luiz Crolini, Carlos Miguel Felice, Olinto Guarienti e Assis Cadore. (BOLZAN, 2015, p. 205)

É de se destacar que a Professora Valserina (Figura 2) foi a única mulher eleita a presidir uma Comissão Emancipacionista em todos os 9 municípios da Quarta Colônia que se emanciparam a partir da segunda metade do século XX. Por enquanto, seguirei me atendo ao processo de emancipação de São João do Polêsine em si.

Figura 2: Fotografia da Professora Valserina Maria Bulegon Gassen no ano de 1992, durante o processo de emancipação de São João do Polêsine – RS.



Fonte: Acervo pessoal de Valserina Bulegon Gassen.

Com a Comissão Emancipacionista credenciada, o próximo passo era a organização do plebiscito. A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS autoriza a consulta plebiscitária a ser feita no distrito de São João do Polêsine e Vale Vêneto (pertencentes a Faxinal do Soturno), bem como nas localidades de São Rafael, São José e parte de Três Vendas e Várzea do Meio (pertencentes a Restinga Seca) sob o processo nº 5070 de 13/6/1991 – Projeto de Lei 204/91 (BOLZAN, 2015, p. 259). Conforme explica Professora Valserina:

Aí nós fomos então credenciados, recebemos uma credencial do Presidente da Assembleia Legislativa, nos autorizando a montar o processo de emancipação. Aí, nos reuníamos, de vez em quando para tratarmos assuntos de interesse de todos, e a secretária Marinês Dias Missio e o secretário [inaudível], eram 1º e 2º secretário, comigo concluímos o grupo de maior trabalho de busca de documentos, de mapas, de... enfim, tudo que era necessário, de viagens para a Assembleia de Legislativa para compor o processo e nos reuníamos com todos os 12, todo o momento que era necessário. Com isso nós, é, foi uma tomada de decisão da Comissão de que nós faríamos um grupo de trabalho pacífico e buscaríamos emancipar a área geográfica que não desse problema. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 13 de abril de 2019)

Porém, houve um requerimento, conforme Bolzan (2015) pontua, do Procurador do Município de Restinga Sêca, onde solicitava a retirada de algumas áreas que pertenciam ao Município e estavam incluídas na área de São João do Polêsine que seria emancipado – desejando que esta área se mantivesse pertencendo ao município-mãe. Conforme a Professora Valserina conta, o pedido foi acatado pacificamente sem maiores problemas.

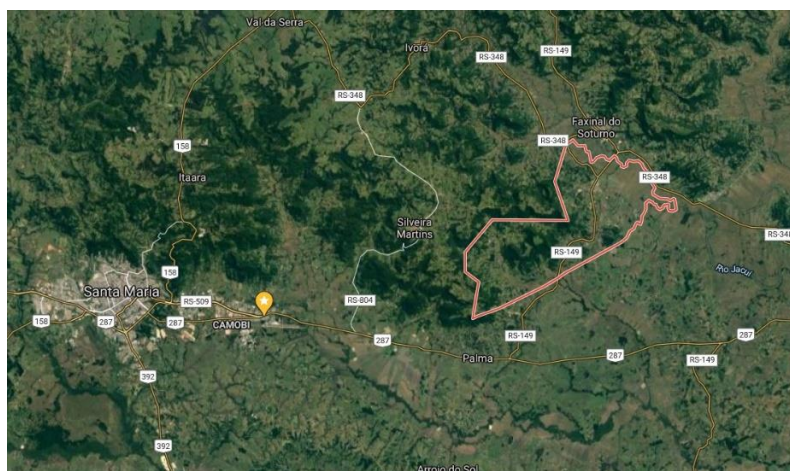
Após as devidas autorizações e imbróglis resolvidos, chega o momento do plebiscito. Com o parecer nº 11 de 29 de maio de 1991, é autorizada a consulta plebiscitária pela Comissão de Assuntos Municipais (ratificado pelo Projeto de Lei nº 204/90 da ALRS) (BOLZAN, 2015, p. 260). Conforme relembra a Professora Valserina:

nós recebemos autorização para fazermos o plebiscito. Plebiscito era uma votação “Sim” ou “Não”. E fizemos, fizemos um pouco de propaganda, porque não havia uma necessidade. [...] Então, foi assim, dia de eleições na cidade. Depois, fizemos então toda a tramitação oficial como se faz para uma eleição se fez para o plebiscito. Com todas as urnas funcionando normalmente, e com o escrutínio da [inaudível] polesinense. Equipes que foram selecionadas e indicadas pela Promotoria Pública, pelo setor de eleições, e fizemos o escrutínio, deu o “Sim”. Estávamos com o município na mão. Aí nós tivemos o trabalho de retirar a população de Restinga Seca, porque a lei dizia que tendo uma urna fora do município mãe, se desse “Não”, nós teríamos que alterar o mapa. Então fizemos todo esse trabalho novamente. E, fomos a busca, para o Governo Collares sancionar todas as leis. Foram 67 municípios dos quais 1 era o nosso. (Depoimento de Valserina Bulegon Gassen em 13 de abril de 2019).

Dessa maneira, dos 2.325 eleitores que eram aptos a votarem na localização emancipanda, 1.625 votaram e desses, 1.377 optaram pelo “Sim” e 207 pelo “Não” (20 votos em branco e 21 nulos) (BOLZAN, 2015, p. 260). Portanto, o plebiscito que fora presidido pela juíza eleitoral da Comarca de Faxinal do Soturno, Drª Maria Inês Hinck e

fiscalizado pela promotora Dr^a Denise Casanova, é aprovado com ampla vantagem, inaugurando uma nova fase para o povo polesinense. Através da Lei Estadual nº 9601 de 20 de março de 1992, o Governo Estadual cria a cidade de São João do Polêsine (Figura 3). Este feito só foi possível pois contou com a persistência da comunidade, bem como a articulação da Professora Valserina Bulegon Gassen.

Figura 3: Localização atual do município de São João do Polêsine – RS, traçado em cor vermelha.



Fonte: Google Maps, 2020.¹⁷

Após a emancipação aprovada em plebiscito e criação da cidade, de acordo com Vizzotto (2004), tornou-se possível a percepção das peculiaridades e necessidades de São João do Polêsine:

a proximidade entre Governante e Governado em pequenas comunidades do porte de São João do Polêsine, propiciam um estreitamento nas relações, o qual

¹⁷ Localização de São João do Polêsine – RS. Disponível em: <<https://goo.gl/maps/VGeqxW3EDW2EtJSD6>>. Acesso em: 12/05/2020.

por sua característica peculiar contribui para a transformação política e econômica. (VIZZOTTO, 2004, p. 80)

Ou seja, com políticas voltadas exclusivamente para a recém-criada cidade e a proximidade entre a Prefeitura Municipal e a população, algo típico em cidades pequenas, diversas melhorias ocorreram, como na área da infraestrutura e na econômica, por exemplo. É perceptível o desenvolvimento de São João do Polêsine após sua emancipação. Com dados referentes ao período entre 1990 e 2003, percebemos melhor as mudanças que políticas específicas voltadas ao município proporcionaram. A cultura de arroz, principal produto agrícola da cidade, saltou de 5500kg/a para 7000kg/a. Além disso, com o incremento de assistência técnica, a produção agrícola se diversificou com o cultivo de soja, milho, mandioca e cana-de-açúcar (VIZZOTTO, 2004, p. 79). Outros dados que também merecem destaque, o aumento na quantidade de telefones instalados, de 63 para 400; a melhora no saneamento básico, água disponível de 90% para 98% e rede de esgoto de 70% para 90%; aumento no efetivo policial, de 01 para 06; criação do já mencionado Ensino Médio no Colégio XXIII; aumento da porcentagem da frequência de crianças em idade escolar, de 93% para 100% (VIZZOTTO, 2004, p. 83-85).

Importante ressaltar que, entre os anos de 1990 e 2003, em que Vizzotto (2004) realizou a comparação entre “antes da emancipação” e “pós emancipação”, evidenciando o desenvolvimento proporcionado pela criação do município, a Professora Valserina esteve à frente de três gestões como Prefeita da cidade. A primeira foi logo após a emancipação de São João do Polêsine, portanto a primeira gestão do município, em 1993, e as outras duas nos anos de 2001 e 2004. Além das citadas, houve mais uma gestão, em 2013, mas está no período posterior ao recorte temporal mencionado. Corroborando com os dados do parágrafo anterior:

Iniciamos a administração com alguns funcionários com experiência e fomos compondo o município com leis, regulamentação, orçamento, pessoal, escolas, saúde. Adquirimos máquinas, equipamentos e fomos organizando o município. Foi tudo muito emocionante, com tudo novo e com uma grande vontade de vencer em cada funcionário, fosse qual fosse a sua responsabilidade. Não tinha

nada difícil e nunca se ouvia um “não posso” ou “não é comigo”. (CARVALHO, 2016, p. 47).¹⁸

Ou seja, três gestões da Professora Valserina à frente do Executivo Municipal estão no período ao qual Vizzotto (2004) destaca o desenvolvimento proporcionado pela emancipação de São João do Polêsine e posteriores gestões da prefeitura. Sendo Valserina Bulegon Gassen a principal articuladora do movimento emancipacionista, além de ter sido eleita Prefeita por quatro vezes (no total), fica claro o seu impacto no desenvolvimento do Município. Esse fator tem reflexos até a atualidade, pois há grande reconhecimento por parte dos polesinenses de suas gestões. Nas palavras da Professora, “Tudo que ‘tu puder’ ver de público, construído aqui, tem ‘a minha mão’”.

Considerações finais

Ao longo do artigo, podemos concluir que, a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos na Quarta Colônia e sua posterior instalação na região, estes não apenas trouxeram consigo sua religiosidade e esperança de uma vida melhor, mas também sua italianidade, questão esta que conforme demonstrado teve influência nos valores da Professora Valserina, seja pela representação da *mamma* e *nonna* – através de sua mãe, figura bastante presente na comunidade, seja pela sua obstinação ao trabalho. O fato de ser descendente de imigrantes (quarta geração) influenciou na sua não permanência na vida no campo, sendo a educação um valor fundamental passado a ela pelos seus pais, algo que alicerçou sua carreira profissional mais tarde.

Quanto ao território da Quarta Colônia, com a progressiva expansão dos imigrantes, novos núcleos populacionais foram surgindo e, a partir da segunda metade do século XX, alcançando a autonomia política. Isto não foi diferente no caso estudado de São João do Polêsine, exceto por possuir uma mulher e professora a frente da Comissão Emancipacionista. Esse caráter inédito, acrescido das quatro gestões da Professora Valserina a frente do Executivo Municipal fazem a pequena cidade destoar do padrão observado tanto na década de 1990 quanto atualmente, onde os homens são a maioria

¹⁸ Entrevista de Valserina Bulegon Gassen para Tamiris Carvalho em 2016.

na esfera política. Nenhuma outra cidade na Quarta Colônia teve uma mulher como Prefeita por tanto tempo. Esse fator, longe de ser atribuído individualmente a personagem central da pesquisa, que contou com uma rede de apoio familiar e condição financeira favorável a dedicação a carreira política, bem como sua atuação na área educacional polesinense, ainda assim é um ponto fora da curva.

Desta forma, é de se destacar – além de ser importante o registro na historiografia política que tradicionalmente tem por objeto de pesquisa homens – a articulação política de uma mulher e professora nesta região, que ao longo do século XX (e nos tempos atuais), mesmo com a baixa representatividade feminina em cargos de liderança, como nas Prefeituras, a Professora Valserina consegue tornar-se referência de protagonismo de uma mulher frente ao poder Executivo na Quarta Colônia. A partir da emancipação o sonho da comunidade polesinense foi realizado, trazendo melhorias na qualidade de vida de toda a população polesinense, através das mudanças estruturais que a cidade passou a ter, como melhoria no saneamento básico, mais policiamento, melhor distribuição de água e maior recebimento de recursos federais, resultando em investimentos na Educação, do Ensino Básico ao Ensino Superior, e parcerias com a UFSM. Sendo assim, fazer este registro histórico da trajetória de Valserina Maria Bulegon Gassen – mulher, professora e prefeita – colabora para que o silêncio sobre a atuação e presença das mulheres nas esferas políticas deixe de imperar na historiografia da Quarta Colônia.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral: revista e atualizada*. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2013.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLZAN, Moacir. *Quarta Colônia da Fragmentação à Integração*. Santa Maria: Jbgdesign, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: AMADO, Janaína (org.); FERREIRA, M. D. M (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-192.

CARVALHO, Tamiris. *Síntese Histórica de São João do Polêsine*. Relatório da Bolsa FLEX/UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. 2016.

CRUZ, Jorge Alberto Soares; FLORES, Daniel; CARVALHO, Tamiris. Colcha de Retalhos. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 47-64, jul./dez. 2016, Disponível em: <
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647863/14883>>.

Acesso em: 10 jun. 2020.

FAVARO, Cleci Eulalia. *Imagens Femininas: contradições, ambivalências, violências*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

GASSEN, Valserina Maria Bulegon. Entrevistador: Higor Xavier Barbosa. São João do Polêsine: Sede do CAPP. Gravação feita por telemóvel (01h06min). Depoimento concedido para pesquisa. 13 de abr. 2019.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. *Apropriações e comércio de terras na cidade de Cachoeira no contexto da imigração europeia (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990. p. 53-89.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LORIGA, Sabina. Nos interstícios da história. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 251-259, maio 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20759>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MANFIO, Juliana Maria. A trajetória de Padre Luiz Sponchiado na região da Quarta Colônia. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 706-718, out./2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19066>.

Acesso em: 1 jun. 2020.

MISSIO, Marinês Dias. Entrevistador: Higor Xavier Barbosa. [mensagem pessoal], mensagem recebida por e-mail em 11 jun 2020.

MORAES, Fernando Dreissig de; CUNHA, Laurie Fofonka (org.). *Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul 1809-2018*. Porto Alegre: Spgg, 2018.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: PERROT, Michele. (Ed.). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13-36.

PESAVENTO, Sandra. Mulheres e história: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteira (Rio Grande do Sul, Brasil). *Travessia*, Santa Catarina, v. 1, n. 23, p. 54-72, jul. 1991. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17101>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000200008>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A colonização italiana para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. (Ed.). *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Editora Ufsm, 2010. p. 153-171.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SPONCHIADO, Breno Antonio; PADOIN, Maria Medianeira (org.); CRUZ, Jorge Alberto Soares (org.). *Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria: Editora UFSM, 2019.

VENDRUSCOLO, Rafaela. *"Somos da Quarta Colônia": Os sentidos de uma identidade territorial em construção*. Dissertação (Mestrado em História), Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

VENDRAME, Máira Ines. *"Lá éramos servos, aqui somos senhores": a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Editora Ufsm, 2007.

_____. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

VIZZOTTO, Assis Roque. *Poder local, espaços para a cidadania: Um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em História), Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: A construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

_____. Nós e as "antigas" – italianidade, gênero e família. In: Sem. Internacional Fazendo Gênero 7. Santa Catarina. *Anais Fazendo Gênero 7*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Catarina_Zanini_55.pdf. Acesso: 16 abr. 2020.

_____. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140-163. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/743/654> >. Acesso em: 20 abr. 2020.